

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1686537 - SP (2017/0178483-4)

RELATOR : **MINISTRO SÉRGIO KUKINA**
AGRAVANTE : **HELIO BRAZ LIMA DA SILVA**
AGRAVANTE : **FERNANDO OURA**
AGRAVANTE : **APARECIDA FATIMA DOS SANTOS**
AGRAVANTE : **CLEUVER CARLOS GUARANHA**
AGRAVANTE : **REINALDO CESAR DA SILVA**
AGRAVANTE : **MARCILIO MUFALO**
AGRAVANTE : **HELENA CONTRERA NUNES**
AGRAVANTE : **MAURICIO FRANCO BUENO**
AGRAVANTE : **ROQUE GOES**
AGRAVANTE : **ODETE MAGALHAES**
AGRAVANTE : **BENEDITA ALVES PEREIRA**
AGRAVANTE : **ODAIR QOYRAI**
AGRAVANTE : **LUZIA RIBEIRO**
AGRAVANTE : **MIQUEAS PEDRO PERES**
ADVOGADO : **RICARDO BIANCHINI MELLO - SP240212**
AGRAVADO : **SUL AMERICA COMPANHIA NACIONAL DE SEGUROS**
ADVOGADO : **LOYANNA DE ANDRADE MIRANDA E OUTRO(S) - MG111202**
INTERES. : **CAIXA ECONÔMICA FEDERAL**

EMENTA

ADMINISTRATIVO E PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO. REPERCUSSÃO GERAL RECONHECIDA PELO STF. DEVOLUÇÃO DO FEITO AO TRIBUNAL A *QUO* PARA FINS DE JUÍZO DE RETRATAÇÃO/CONFORMAÇÃO. ATO DESTITUÍDO DE CARÁTER DECISÓRIO. IRRECORRIBILIDADE. PRECEDENTES.

1. O ato judicial que determina o sobrestamento e/ou devolução dos autos à origem, a fim de que lá seja exercido o competente juízo de retratação/conformação após o julgamento de questão cuja repercussão geral foi reconhecida pelo STF (arts. 1.040 e 1.041 do CPC/2015), não possui conteúdo decisório, razão pela qual é irrecorrível. Além disso, nesses casos revela-se a primazia do viés constitucional do tema em debate. Precedentes.
2. Agravo interno não conhecido.

ACÓRDÃO

Vistos e relatados estes autos em que são partes as acima indicadas, acordam os Ministros da Primeira Turma do Superior Tribunal de Justiça, por unanimidade, não conhecer do recurso, nos termos do voto do Sr. Ministro Relator.

Os Srs. Ministros Napoleão Nunes Maia Filho, Benedito Gonçalves,

Superior Tribunal de Justiça

DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019
Regina Helena Costa e Gurgel de Faria votaram com o Sr. Ministro Relator. Presidiu o julgamento a Sra. Ministra Regina Helena Costa.

Brasília, 18 de Fevereiro de 2019 (Data do Julgamento)

Ministro Sérgio Kukina
Relator

